

MENSAGEM Nº 386/2020

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Os méritos do Senhor **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de julho de 2020.

EM nº 00097/2020 MRE

Brasília, 23 de Junho de 2020

Senhor Presidente,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 382/2020/SG/PR

Brasília, 9 de julho de 2020.

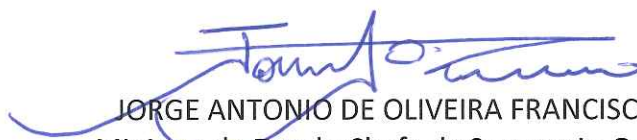
A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Atenciosamente,



JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS

CPF: 092.368.137-04

ID.: 8554 MRE

1950 Filho de Antonio Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e Maria Thereza Calazans da Rocha Paranhos, nasce em 29 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1971 CPCD - IRBr

1972 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1988 CAE - IRBR, A Política Brasileira de Informática e suas repercussões no plano externo

Cargos:

1973 Terceiro-secretário

1976 Segundo-secretário, por merecimento

1979 Primeiro-secretário, por merecimento

1985 Conselheiro, por merecimento

1992 Ministro de segunda classe, por merecimento

1999 Ministro de primeira classe, por merecimento

2014 Ministro de primeira classe do Quadro Especial

Funções:

1973-76 Divisão de Política Comercial, assistente

1976-79 Embaixada em Paris, segundo-secretário

1979-83 Embaixada em Caracas, segundo-secretário e primeiro-secretário

1983-85 Divisão de Política Comercial, assistente e chefe, substituto

1984 Departamento Econômico, assessor

1985 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

1986-93 Divisão da Europa II, chefe

1986 COLESTE, secretário executivo

1990-93 Departamento da Europa, chefe, substituto

1991 X Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, chefe de delegação

1993 Embaixada em Roma, ministro-conselheiro e representante alterno do Brasil junto à FAO

1993 Grupo Latino-americano da FAO, presidente

1995-99 Delegação Permanente em Genebra, ministro-conselheiro

1998 Comitê de Subsídios da Organização Mundial do Comércio (OMC), presidente

1999 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, chefe do gabinete

1999-2002 Ministério da Agricultura e Abastecimento, assessor especial

2002-03 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, subsecretário-geral

2003-08 Delegação Permanente em Genebra, embaixador, representante alterno do Brasil

2003-08 Conferência de Desarmamento, Genebra, embaixador, representante do Brasil

2004 UNCTAD, Conferência Negociadora do novo Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais, presidente

2005 10ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura, chefe da delegação

2006 Desarmamento, Convenção sobre Certas Armas Convencionais, coordenador para o tema Minas anti-veículos

2006 94ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, chefe alterno da delegação

2006 95ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, chefe alterno da delegação e coordenador do Grupo Governamental do Conselho de Administração da OIT

2007	Membro (segundo mandato) do Conselho de Administração do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR)
2007	Conferência de Desarmamento, coordenador para o tema Garantias Negativas de Segurança
2007	96ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, vice-presidente Governamental
2008-13	Embaixada em Moscou, embaixador
2008-13	Embaixador junto aos Governos da Belarus, Geórgia e Uzbequistão, não residente
2013-15	Subsecretaria-Geral Política I, subsecretário-geral
2015-	Embaixada em Copenhague, embaixador
2016-	Embaixador junto ao Governo da República da Lituânia

Condecorações:

1973	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, Medalha de Prata
1973	Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Ouro
1979	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
1987	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.
1991	Ordem do Mérito, Itália, Comendador
2001	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2002	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2006	Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil, Grã-Cruz
2008	Medalha do Pacificador, Brasil
2013	Medalha da Ordem da Amizade, Rússia
2013	Medalha Mérito Tamandaré
2014	Légion d'Honneur, França - Comendador

Publicação:

1998	Sistema Multilateral de Comércio: 50 anos, in Política Externa vol. 7, nº 2, setembro-novembro 1998, Paz e Terra
------	--



JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MYANMAR



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE MYANMAR

NOME OFICIAL:	República da União de Myanmar
GENTÍLICO:	myanmarenses
CAPITAL:	Nay Pyi Taw (desde 2005)
ÁREA:	676.578 km ²
POPULAÇÃO:	56,59 milhões (2020, est.)
LÍNGUA OFICIAL:	Birmanês (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (87,9%); Cristianismo (6,2%), Islamismo (4,3%),

	outras ou nenhuma (1,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. Casa das Nacionalidades (<i>Amyotha Hluttaw</i>): câmara alta, composta por 224 membros – 168 diretamente eleitos e 56 indicados pelas Forças de Defesa (<i>Tamadaw</i>) –, com mandatos de 5 anos; e Casa dos Representantes (<i>Pyithu Hluttaw</i>): câmara baixa, composta por 440 membros – 330 diretamente eleitos e 110 indicados pelo <i>Tatmadaw</i> –, com mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Win Myint (desde 30 de março de 2018)
CONSELHEIRA DE ESTADO E MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Aung San Suu Kyi (desde 6 de abril de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 65,99 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 355,61 bilhões
PIB PER CAPITA (2019):	US\$ 1.244,62
PIB PPP PER CAPITA (2019):	US\$ 6.707,09
VARIAÇÃO DO PIB	1,8% (2020, est.); 6,5% (2019); 6,4% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):	0,585 (145ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	66,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	75,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	4%
UNIDADE MONETÁRIA	kyat
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Myo Tint (desde 4 de janeiro de 2018)
EMBAIXADOR EM YANGON:	Antonio José Maria de Souza e Silva (desde 9 de dezembro de 2016)
BRASILEIROS NO PAÍS:	41 brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MYANMAR (US\$ MI) (fonte: MEcon)									
Brasil → Myanmar	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Intercâmbio	4,62	2,54	2,15	9,21	26,16	13,39	42,22	148,78	69,73
Exportações	4,56	2,06	1,01	7,91	25,50	12,80	40,14	144,76	55,46
Importações	0,05	0,48	1,15	1,30	0,66	0,59	2,09	4,03	14,28
Saldo	4,51	1,58	-0,14	6,61	24,84	12,21	38,05	140,73	41,18

APRESENTAÇÃO

Ao longo do século XIX, diversas cidades-estado e reinos, governados por birmaneses ou outras etnias, ocupavam a área que hoje corresponde ao território myanmarenses. Antiga Birmânia, a atual República da União de Myanmar tornou-se independente do Reino Unido em 1948. Localizado em área estratégica no Sudeste Asiático – com saída para o mar, bem como fronteiras terrestres com o Bangladesh, a

China, a Índia, o Laos e a Tailândia –, o país apresenta grande população (mais de 56 milhões de habitantes) e abundantes recursos naturais em território superior a 676 milhões de km².

Apesar de dividir-se em 7 estados – *Chin, Kachin, Kayah, Mon, Rakhine e Shan* –, Myanmar organiza-se sob a forma de Estado unitário. Desde 2005, sua capital é Naw Pyi Taw. Com história permeada por conflitos de natureza étnica, o país passa por processo de redemocratização, em que as Forças de Defesa – o *Tatmadaw* – vêm gradualmente transferindo o controle dos rumos do país aos setores civis. Sua influência política, contudo, ainda é considerável, na medida em que indicam 25% dos parlamentares nacionais – quantidade suficiente para bloquear emendas à Constituição de 2008 – e preponderam no Conselho Nacional de Segurança e Defesa – órgão que deixa aberta a possibilidade para o *Tatmadaw* assumir o poder, caso seja declarado estado de emergência.

PERFIL BIOGRÁFICO

Win Myint
Presidente da República



Nasceu em 1951, em Danubyu. Entre abril de 2016 e março de 2018, ocupou a presidência de uma das câmaras legislativas do país. Integrante da Liga Nacional pela Democracia (*NLD*), foi advogado nos anos 1980 (apesar de formado em geologia), participou de protestos pró-democracia em 1988, o que o levou a ser preso por vários meses por ordem da Junta Militar. Na eleição de 1990, o único escrutínio democrático entre 1962 e 2012, concorreu ao cargo de deputado por sua região de origem, no interior do país, tendo recebido 56% dos votos. Como os demais membros da *NLD*, não chegou a assumir o posto, em razão da recusa dos militares em aceitar o resultado do pleito. Até o início do processo de redemocratização do país, em 2011, Myint manteve-se nos quadros da *NLD*, conciliando sua posição política com atuação empresarial no país.

PERFIL BIOGRÁFICO

Aung San Suu Kyi

Conselheira de Estado e ministra dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Yangon, em 1945. Filha do general Aung San, pai da independência do país, Aung San Suu Kyi migrou, no início dos anos 1960, para a Índia, onde acompanhou a mãe, Khin Kyi, nomeada embaixadora em Nova Délhi. Mudou-se posteriormente para o Reino Unido. Estudou na Universidade de Oxford, onde cursou filosofia, política e economia e conheceu seu futuro marido, Michael Aris, com quem teve dois filhos. Regressou a Myanmar em 1988, quando iniciou luta política por reforma democrática e eleições livres. Laureada com o prêmio Nobel da Paz em 1991, foi por diversas vezes detida e passou 15 anos em prisão domiciliar. Foi libertada em 2010, depois de forte pressão internacional. Elegeu-se deputada em 2012. Conduziu seu partido, a Liga Nacional pela Democracia (*NLD*), à vitória nas primeiras eleições verdadeiramente livres e democráticas do país, em novembro de 2015, quando a legenda conquistou 378 em 664 assentos no Parlamento. Constitucionalmente impedida de assumir a presidência, por ter sido casada com estrangeiro, entre março e abril de 2016 foi nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros e Conselheira de Estado, cargo equivalente ao de Primeiro-Ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e Myanmar foram estabelecidas em 1982. Myanmar mantém Embaixada em Brasília desde 1996, a única na América do Sul. O estabelecimento da representação seguiu-se à visita a Brasília, em outubro de 1994, do então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, U Nyunt Swe.

A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em janeiro de 2010 e instalada em outubro daquele ano, tendo o embaixador brasileiro apresentado credenciais no mês seguinte. Motivou a decisão brasileira, entre outros, o fato de Myanmar ter população numerosa (cerca de 60 milhões de habitantes); importante dotação de recursos naturais; e localização estratégica, no Sudeste Asiático, com possibilidade de suprimento energético à Índia e à China, sem passagem pelo Estreito de Málaca. Além disso, Myanmar preparava-se, à época, para realizar as primeiras eleições parlamentares desde 1990, as quais viriam a constituir-se um ponto de inflexão no processo de transição democrática do país.

As relações bilaterais têm sido crescentes. Visitas de autoridades exibem modesto fluxo, porém com aumento progressivo. Em 2016, o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visitou aquele país asiático. Em julho de 2017, esteve no Brasil o ministro dos Recursos Naturais e da Conservação Ambiental myanmarese, Ohn Win, em missão organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O ministro Ohn esteve novamente no Brasil em março de 2018, para participar do VII Fórum Mundial da Água, em Brasília. Também visitaram o Brasil, em anos anteriores, o ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ohn Myint, em maio de 2015; e o vice-presidente da República myanmarese, Sai Mauk Kham, em junho de 2012.

Estão em vigor acordos bilaterais nas áreas de cooperação técnica e isenção de vistos. Em fevereiro de 2012, foi também estabelecido mecanismo de consultas políticas, que se tem constituído em útil instrumento para orientar o relacionamento entre os dois países. A terceira, e mais recente, reunião de consultas foi realizada em agosto de 2018, em Nay Pyi Taw. Na ocasião, foram discutidos temas sobre cooperação técnica, comércio e investimentos, bem como *joint ventures* para produção de cana-de-açúcar e soja. Em novembro desse mesmo ano, foi firmado, em Myanmar, memorando de entendimento entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Myanmar (MISIS).

À margem da mencionada reunião de consultas políticas, o chefe da delegação brasileira foi recebido pela Conselheira de Estado e Ministra dos Negócios Estrangeiros, Aung San Suu Kyi, oportunidade em que entregou àquela alta autoridade myanmarese carta do então Presidente Michel Temer, com convite de visita ao Brasil. Nessa audiência, San Suu Kyi registrou interesse no Programa Mais

Alimentos brasileiro. Indicou que, embora a economia do país tenha base agrícola, com terras férteis e abundantes recursos hídricos, Myanmar ainda carece de melhorias tecnológicas e incremento de produtividade. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA/ONU), com sede em Brasília, haviam organizado, em 2017, visita de estudos de delegação myanmareNSE composta por doze autoridades de diferentes ministérios, com vistas a apresentar programas brasileiros voltados à alimentação escolar.

É particularmente promissora a vertente de cooperação técnica. Entre 2013 e 2016, o Brasil prestou assistência a Myanmar na produção de soro antiofídico, implementado por meio do Instituto Butantan e voltado ao treinamento de especialistas daquele país. Estuda-se o início de segunda fase desse projeto. Prepara-se, atualmente, a segunda fase do projeto, avaliado positivamente pelas autoridades myanmarenses.

Há interesse myanmareNSE em também receber cooperação referente à preparação de censos laborais. A ABC pretenderia, superada a pandemia da COVID-19, programar possível visita preparatória de técnicos brasileiros a Myanmar.

Assuntos consulares

Com base nas matrículas consulares, a comunidade brasileira em Myanmar é composta por 41 indivíduos. Em sua maioria, são professores; funcionários de organizações internacionais e de Organizações Não Governamentais (ONGs); profissionais liberais; trabalhadores do setor hoteleiro e de turismo; jogadores de futebol; bem como suas famílias.

Em relação aos visitantes, de acordo com os serviços de imigração de Myanmar, 2.359 nacionais brasileiros – mais de 80% a turismo – estiveram naquele país asiático em 2019.

Pandemia da COVID-19

Em meados de março, o governo de Myanmar começou a implementar as primeiras medidas de restrição à circulação de pessoas, ao limitar o ingresso de estrangeiros que tivessem transitado por países considerados epicentros da pandemia, à época: Alemanha, China, Coreia do Sul, Espanha, França, Itália e Irã. A emissão de todos os tipos de visto também foi suspensa. Desde 30 de março último, o espaço aéreo do país foi fechado para voos internacionais, exceto para voos de socorro, evacuação ou especiais. As fronteiras terrestres com a Índia e a Tailândia seguem fechadas, desde 19 de março. A fronteira com a China já havia sido fechada por iniciativa de Pequim. O regresso de nacionais myanmarenses está sujeito ao cumprimento de quarentena. Não há data de término prevista para essas medidas.

Internamente, somente o funcionamento de serviços considerados essenciais está permitido. Reuniões e circulação de pessoas estão sendo monitoradas

pela polícia. Alguns bairros de Yangon – a maior área urbana do país, com mais de 5,3 milhões de habitantes – seguem em regime de restrição branda de movimentos, com a introdução do programa governamental *Stay at home*, em 18 de abril último.

Desde o início da pandemia – declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março último –, a Embaixada em Yangon monitorava 3 brasileiros retidos em Myanmar. Com as medidas de fechamento de fronteiras e restrição de movimentos adotadas pelo país para conter o espalhamento da COVID-19 em seu território, o governo myanmarenses excepcionalmente autorizou voo de repatriação, operado pela *Qatar Airways*, até Doha, de onde os brasileiros poderiam embarcar em voo para São Paulo. Mesmo alertados acerca da incerteza em relação à manutenção de voos, apenas um dos nacionais decidiu adquirir passagem, enquanto os demais optaram por permanecer em Myanmar até que o tráfego aéreo se restabeleça.

POLÍTICA INTERNA

Com a Constituição de 2008, o país conformou-se em república parlamentarista, com a denominação de República da União de Myanmar. O Parlamento – Assembleia da União – é bicameral, dividido em Casa das Nacionalidades (câmara alta) e Casa dos Representantes (câmara baixa). A primeira possui 224 assentos: 168 parlamentares eleitos diretamente, por maioria absoluta, em sistema distrital, com segundo turno, caso necessário; e 56 indicados pelos militares. A segunda casa é composta por 440 assentos: 330 membros eleitos diretamente, por maioria simples, em sistema distrital; e 110 indicados pelos militares. Os membros de ambas as casas exercem mandatos de 5 anos.

Os principais partidos em Myanmar são a Liga Nacional pela Democracia (*NLD*), de centro-esquerda e atualmente no governo; o Partido da União Solidariedade e Desenvolvimento (*USDP*), conservador, budista, e de oposição; e a Liga das Nacionalidades Shan para Democracia (*SNLD*), de centro-esquerda, pró-Federalismo e autodeterminação; o Partido Nacional Arração (*ANP*), de direita e porta-voz da etnia *rakhine*; o Partido Nacional *Ta'ang* (*TNP*), nacionalista em prol da etnia *ta'ang*; e a Organização Nacional *Pa-O* (*PNO*), representante dos interesses da etnia *pa-o*. Após as eleições de 2015, a atual distribuição dos assentos na Casa das Nacionalidades é: *NLD* 60,3%; *USDP* 4,9%; *ANP* 4,5%; *SNLD* 1,3%; indicados pelos militares 25%; e outros 4%. Na Casa dos Representantes: *NLD* 58%; *USDP* 6,8%; *ANP* 2,7%; *SNLD* 2,7%; indicados pelos militares 25%; e outros 4,8%.

O poder Judiciário myanmarenses é formado pela Suprema Corte da União, Altas Cortes da Região; Altas Cortes do Estado; Corte da Divisão Autoadministrada; Corte da Zona Autoadministrada; tribunais distritais e municipais; bem como tribunais especiais (para delitos de juventude, trânsito, etc.). Órgão máximo do

sistema judiciário, a Suprema Corte é integrada por, no mínimo, sete e, no máximo, 11 juízes.

Todos os membros são nomeados pelo presidente, mediante aprovação da câmara baixa, e normalmente permanecem no cargo até a aposentadoria compulsória, aos 70 anos de idade. O sistema normativo em Myanmar incorpora elementos da *common law* britânica e do direito consuetudinário.

No poder Executivo, o presidente – que acumula as chefias de Estado e de Governo – é eleito indiretamente, em votação no Parlamento, por maioria simples. Seu nome é escolhido a partir de lista com três candidatos indicados pelo Colégio Eleitoral Presidencial – composto por membros das câmaras alta e baixa, bem como por militares. Os demais candidatos tornam-se vice-presidentes. O mandato presidencial é de 5 anos. Desde 30 de março de 2018, o presidente é Win Myint. Desde 2016, existe o cargo de conselheiro de Estado, com mandato equivalente ao presidencial. Suas funções assemelham-se àquelas de primeiro-ministro, na medida em que atua como elo entre o Parlamento e o poder Executivo.

A conselheira de Estado atual, Aung San Suu Kyi – que acumula, entre outros, o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros – é considerada a líder *de facto* do país. Sua administração vem operando em limitadíssimo campo de ação. Tem objetivos ambiciosos, como a negociação de acordo de paz e reconciliação nacional; a criação de um estado federal; a reforma da constituição para estabelecer regime democrático pleno; e o desenvolvimento econômico e social do país. Deve, porém, avançar nesses objetivos ao mesmo tempo em que (i) coabita o poder com as Forças de Defesa (o *Tatmadaw*); (ii) enfrenta as demandas de Organizações Étnicas Armadas (EAO), que contam com largo histórico de insubmissão ao poder central e expressivo poder econômico oriundo, não raro, de atividades ilegais; (iii) lida com a crescente influência política e popular de vertentes nacionalistas e intolerantes do budismo; e (iv) responde à rápida depreciação do apoio político internacional em razão da crise humanitária dos *rohingya*.

Considerado o conflito interno mais longo em vigor no mundo, desde a independência do país, a atuação das diversas EAO é o assunto mais complexo para o pleno desenvolvimento nacional, com desdobramentos de ordem política, militar e econômica. O conflito tem raízes muito profundas: a maioria étnica bamar na planície central (ou no delta do rio Ayeyarwady) sempre foi o centro civilizacional, com sucessivos impérios que lograram manter-se independentes dos grandes vizinhos (Índia e China) até a colonização britânica no século XIX. Enquanto isso, nas montanhas que circundam a planície central, existiam pequenos reinos, às vezes em guerra, mas na maior parte do tempo sob algum sistema de dependência do poder central, que lhes garantia certa autonomia em troca de tributos e lealdade.

Nesse período, a economia era rural, em que se privilegiava a planície abundante em recursos hídricos, enquanto nas montanhas se vivia de subsistência em pequenas comunidades semi-nômades. A descoberta e exploração de recursos

naturais (jade, ouro, ruby, gás natural, entre outros) pelos colonizadores britânicos nas montanhas alterou significativamente o cenário econômico, sendo hoje fundamental para o governo central a exploração desses recursos nas suas franjas, habitadas por minorias étnicas (de forma geral, tendo em vista existirem exceções e especificidades).

Após décadas de conflito interno com intensidade variável de enfrentamentos, que muitas vezes serviram como justificativa para a manutenção de regime militar de exceção, começa a haver gradual distensão na década de 1990. O processo de paz propriamente dito começou em 2013, quando o governo reformista de transição (de um regime militar para um civil, ainda sem eleição direta para o Executivo) de U Thein Sein deu início a processo abrangente que culminou no Acordo Nacional de Cessar-Fogo (*NCA*), assinado em outubro de 2015 pelo *Tatmadaw* e oito das cerca de 20 *EAO* reconhecidas. Ficaram notadamente de fora a maior delas, o "*United Wa State Army*" (cujo contingente é estimado em 30 mil homens armados), e outros grupos atuantes na fronteira com a China.

Desde o início do mandato do *NLD*, em março de 2016, apesar de o assunto ser declaradamente a principal prioridade do governo, o ritmo de progressos diminuiu. Problema mais recente, porém com raízes igualmente profundas e maior repercussão internacional, é a crise humanitária no estado do Arracão (*Rakhine*): região onde coexistem indivíduos das etnias *rakhine* (budistas) e *rohingya* (mulçumanos) e com 78% da população abaixo da linha da pobreza (dobro da média nacional). Em agosto de 2017, mais de 700 mil indivíduos da etnia *rohingya* buscaram refúgio no Bangladesh, após episódios de violência contra eles perpetrados. Conquanto o governo de Myanmar tenha firmado, em 2018, memorando de entendimento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a repatriação de refugiados, diversos fatores desencorajam o retorno dos deslocados, como o *status* de apatridia dos *rohingya* – reforçado pela exigência de que concordem com o sistema de identificação por meio dos Cartões Nacionais de Verificação (CNV), em que aqueles indivíduos devem, necessariamente, autodeclarar-se “bengalis” – e sua falta de liberdade de movimentação – imposta pelas leis vigentes em Myanmar, nos níveis federal, estadual ou municipal.

Paralelamente, o governo myanmarese tem buscado promover a revisão da Constituição, por meio de comissão parlamentar formada, em fevereiro de 2019. Visa, de maneira preponderante, à redução da influência do segmento militar sobre a política do país e às eleições gerais previstas para 2020 (quando devem ser renovadas as duas casas do Parlamento myanmarese, além das assembleias estaduais e municipais). Na economia, dada a perda de apoio dos EUA e da União Europeia, Myanmar vem tentando atrair investimentos sobretudo da China e da Índia, com vistas ao desenvolvimento do país (em especial das regiões onde há conflitos étnicos, como Arracão e Chin).

POLÍTICA EXTERNA

Após longo período de isolamento, Myanmar tem buscado reinserir-se na comunidade internacional. Desde 2016, houve oscilações consideráveis, de uma inicial aproximação com o Ocidente – quando da eleição do *NLD* – a um crescente foco em parcerias com países asiáticos – China, Índia, países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Japão e Coreia do Sul. A atribuição de maior importância às relações com os Estados de seu continente ocorreu não apenas por uma tendência menos "intrusiva" desses países na crise humanitária no Arracão, mas também pela maior disposição de suas empresas em compromissos de investimento de longo prazo em Myanmar, como financiamentos em infra-estrutura e a criação de Zonas Econômicas Especiais com China, Coreia e Japão.

A ASEAN, de que Myanmar é parte desde 1997, constitui espaço privilegiado da atuação diplomática myanmarese. Além de possuir fronteira com dois dos dez membros da Associação (Laos e Tailândia), há a percepção de que a organização foi generosa ao aceitar Myanmar como membro, em período anterior à redemocratização; e de que o princípio da ASEAN de não interferência nos assuntos internos dos países diminui a pressão sobre Myanmar em tempos de intensa campanha crítica internacional.

O "segundo círculo" da política externa de Myanmar engloba as relações com a China. Historicamente percebido como ameaça pelas lideranças locais (tanto civil como militar), nos últimos anos aquele país tem encontrado, após certo distanciamento durante o governo de transição (2011-15), novos espaços de atuação. Assim, na esfera dos investimentos, o apoio da China a grandes projetos de infraestrutura – por meio do Corredor Econômico China-Myanmar (*CMEC*), parte da *Belt and Road Initiative (BRI)* – tem sido decisivo à aproximação entre os dois países. Adicionalmente, a China é, no processo de paz nacional, o único ator externo com influência decisiva sobre o posicionamento de algumas *EAOs*.

Ainda na Ásia, Myanmar vem tentando imprimir mais dinamismo nas relações com a Coreia do Sul, a Índia e o Japão. Além de investidores no país – em áreas nas quais os países ocidentais não desejam atuar –, os três são, juntamente com Singapura, destino de preferência dos jovens de classe média de Myanmar que têm capacidade de financiar seus estudos no exterior, ou que desejam trabalhar para economizar e retornar ao país para investir em negócios próprios. Indicador da influência desses países em Myanmar é o crescente número de escolas de língua japonesa e coreana em Yangon. A estrutura diplomática e de cooperação dos três países em Myanmar é relevante, em especial a japonesa, que se destaca com a *Japan International Cooperation Agency (JICA)*. Nesse âmbito, Tóquio possui a maior carteira de projetos no país, que abrangem desde agricultura a planejamento urbano, além de manter ritmo intenso de visitas de autoridades. Em termos comerciais, Índia,

Japão e Coreia do Sul patrocinam ao menos uma Zona Econômica Especial e têm aumentado os fluxos bilaterais (por vezes, de maneira intrafirma).

Entre os países ocidentais, os EUA, o Canadá, o Reino Unido e outros países europeus possuem vínculos historicamente mais estreitos com Myanmar. Na cúpula do *NLD*, existe sentimento de gratidão pelo apoio ao partido entre 1988 e 2011, quando da transição do governo militar para o regime democrático. Em período mais recente, contudo, esses contatos têm diminuído consideravelmente, devido à pressão exercida pela comunidade internacional sobre o governo civil myanmarese, sobretudo no que concerne aos temas de direitos humanos. A Austrália, que também poderia ser incluída nesse grupo, adota posição um pouco mais pragmática, inclusive mantendo cooperação militar com Myanmar. Tanto na elite política quanto na população myanmarese em geral, o sentimento é de ceticismo em relação ao Ocidente, que não se mostraria capaz de compreender as particularidades do país. Culturalmente, em razão do isolamento adotado nos últimos 70 anos, elementos dos países ocidentais têm bem menos apelo ou sucesso em Myanmar que aqueles da Índia, do Japão ou da Coreia do Sul.

No plano multilateral, a chegada da *NLD* ao poder foi inicialmente percebida como ponto de inflexão na política externa de Myanmar, que se reinseriria, de modo mais ativo, na ONU. No primeiro momento, os convites estendidos pela conselheira de Estado Aung San Suu Kyi para que as agências do Sistema das Nações Unidas se instalassem em território myanmarese indicavam que o governo percebia papel positivo dessas organizações internacionais, não apenas no processo de implementação de acordo de cessar-fogo no país, mas também na etapa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) dos combatentes das *EAOs*. Esse cenário de cooperação, entretanto, deteriorou-se, à medida que os conflitos entre o governo e esses grupos armados, bem como a crise dos *rohingya* no Arracão, recrudesceram.

Myanmar participa de cerca de 40 organizações internacionais. Além da ASEAN e da ONU, merece destaque a Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Econômica e Técnica Multissetorial (*BIMSTEC*), criada em 1997. A iniciativa, que abrange 7 países – Bangladesh, Butão, Índia, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia –, serve de ligação entre o Sul e o Sudeste da Ásia. Outras organizações das quais Myanmar é parte são: o Banco de Desenvolvimento Asiático (*ADB*); a Agência Internacional de Energia Atômica (*AIEA*); o Movimento dos Países Não Alinhados (*MNA*); a Corporação Financeira Internacional (*CFI*), do Grupo Banco Mundial; o G-77; e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*UNCTAD*).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Membro da ASEAN desde 1997, Myanmar dispõe de acesso facilitado aos principais mercados mundiais – Austrália, China, Coreia do Sul, EUA, Índia, Japão, Nova Zelândia e União Europeia –, por meio da rede de acordos mantida pela Associação, tanto para comércio quanto para investimentos. O país asiático também integra a *BIMSTEC*, que visa a fomentar a cooperação e o desenvolvimento econômico de seus membros.

Com PIB de US\$ 355,61 bilhões – em termos de paridade de poder de compra (*PPP*, em inglês) –, a economia de Myanmar vem apresentando, desde 1992, taxas de crescimento anual superiores a 5%. Segundo o Banco Mundial, foi a seguinte a composição do PIB myanmarese em 2018 (dados mais recentes): agricultura (24,6%), indústria (32,3%) e serviços (43,1%). Na última década, a média anual de crescimento econômico foi de 7,4%. Entre os principais impulsionadores dessa expansão acelerada do PIB myanmarese, estão (i) as exportações de recursos naturais – como gás natural, cereais, produtos de madeira e pedras preciosas (sobretudo jade) –; (ii) os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs); (iii) o rápido crescimento dos setores industrial e de serviços – com destaque para a indústria têxtil –; e (iv) o aumento da renda e, conseqüentemente, do consumo interno – a proporção de pessoas abaixo da linha nacional da pobreza reduziu-se praticamente pela metade entre 2005 e 2017.

A instabilidade decorrente dos diversos conflitos internos, contudo, impõe consideráveis desafios à continuidade desse nível de expansão econômica. Nesse contexto, a situação dos refugiados *rohingya* pode motivar sanções econômicas por parte de países ocidentais, em especial da União Europeia, destino de 10% das exportações myanmarenses, por meio da retirada do país do Sistema Geral de Preferências (SGP) do bloco europeu.

Segundo o FMI, em 2019, o crescimento econômico de 6,5% (0,1% maior que em 2018) foi resultado de estímulo fiscal modesto e aumento atípico das exportações de gás. Em comparação à década passada, a demanda doméstica permaneceu mais fraca, refletindo o lento crescimento do crédito, correção nos preços dos imóveis e investimentos declinantes. A retração da atividade econômica reduziu o déficit em conta corrente, à medida que as importações diminuíram, ao passo que as exportações – principalmente de têxteis – mantiveram-se em alta, a despeito do movimento global em sentido oposto. Assim, o déficit menor acabou por contrabalançar a queda nos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e em outras entradas de capital, de modo a permitir que as reservas e a moeda local (*kyat*) se estabilizassem. Em 2019, a inflação oficial foi de 8,6%, em comparação aos 6,9% registrados no ano anterior. O crescimento do nível geral de preços só não foi maior, em razão de fatores como o aumento nas tarifas de energia elétrica, bem como os preços dos alimentos e dos combustíveis.

Antes dos impactos da COVID-19, o FMI já projetava cenário com riscos, nos âmbitos doméstico e externo. No primeiro contexto, o crescimento da economia

poderia diminuir, caso a política fiscal não acompanhasse os níveis de aumento do PIB. O aumento da inadimplência em empréstimos e a subcapitalização em alguns bancos privados podem precipitar disfunção no sistema, com grandes transbordamentos para o sistema financeiro doméstico. Ademais, os limitados progressos na crise dos *rohingya* e no processo de paz continuariam a desencorajar investimentos. No cenário externo, os riscos decorreriam – e acentuaram-se com a COVID-19 – da desaceleração da economia da China e da redução dos fluxos comerciais globais.

Com o objetivo de incentivar a atração de investimentos estrangeiros e manter o crescimento econômico acelerado, o governo tem envidado esforços para modernizar leis e regulamentos antiquados e pouco transparentes que, em alguns casos, vigoraram no país desde os tempos coloniais. As recentes *Arbitration Law* (2016), *Investment Law* (2017) e *Companies Law* (2018) têm por objetivo aumentar a segurança jurídica e previsibilidade para investidores, afrouxar entraves burocráticos e agilizar a concessão de permissões para a realização de negócios. Os resultados já começaram a ser sentidos, na medida em que o país logrou sair da 171ª (2017) para 165ª posição (2019), no ranking *Doing Business* do Banco Mundial.

De acordo com o Diretório de Investimento e Administração de Empresas (*DICA*, em inglês), os IEDs de empresas autorizadas em Myanmar atualmente somam mais de US\$ 83 bilhões, e originam-se de parceiros asiáticos: China, Singapura, Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã, Malásia, Japão e Índia, que juntos corresponderam, em 2019, a quase 90% do capital. Os 10% restantes vieram do Reino Unido (por meio de seus territórios ultramarinos) e dos Países Baixos. Nas Zonas Econômicas Especiais, o montante é superior a US\$ 1,9 bilhão, e a preponderância dos parceiros asiáticos se mantém, com Japão, Singapura, Tailândia, Coreia do Sul e China como os cinco maiores investidores.

Desde novembro de 2017, quando Myanmar assinou o memorando de entendimento com a China para a criação do *CMEC* – parte da iniciativa chinesa *BRI* –, diversos projetos de infraestrutura de conexão entre os dois países vêm sendo anunciados. O interesse chinês na estabilidade em *Rakhine* decorre da posição geográfica estratégica daquele estado myanmarenses, com acesso ao oceano Índico. Desse modo, a China poderia importar petróleo dos países do Golfo sem a necessidade de passar pelo Estreito de Málaca. Nesse contexto, diversos projetos têm sido anunciados, no âmbito do *CMEC*. Em novembro de 2019, a China anunciou a construção, em *Rakhine*, de usina termelétrica e de porto de calado profundo, que farão parte da zona econômica especial de Kyaukphyu – que já concentra dutos que transportam petróleo e gás de Myanmar para a China. Em janeiro de 2020, os dois países assinaram 33 instrumentos para a construção de ferrovias, rodovias e portos, de modo a aumentar a conectividade entre os dois países.

As estimativas publicadas pelo *Internacional Trade Center – United Nations Comtrade* (*ITC-UN Comtrade*) indicam que a corrente de comércio do país

registrou, em 2019, US\$ 44,1 bilhões – aumento de 22,5% em comparação aos US\$ 36 bilhões de 2018. As exportações e as importações foram, respectivamente, de US\$ 19 bilhões e US\$ 25,1 bilhões; de modo que a balança comercial se manteve deficitária, em US\$ 6,1 bilhões. Em 2018 (último dado disponível para parceiros comerciais), os principais destinos das exportações de Myanmar foram China (com Hong Kong, 36,7%); Tailândia (18,3%); Japão (8,3%); Índia (3,4%); e Alemanha (3%). Os principais fornecedores para o país foram China (32,2%); Singapura (19,1%); Tailândia (13,4%); Índia (5,1%); e Indonésia (4,8%).

Ainda segundo o *ITC-UN Comtrade*, em 2019, os principais produtos exportados por Myanmar foram combustíveis (22,9%); vestuário, exceto de malha (21,1%); vestuário de malha (1,97%); minérios (5,1%); e cereais (4,2%). A pauta importadora myanmarese foi composta por combustíveis (12,7%); máquinas elétricas (10,1%); máquinas mecânicas (9,5%); automóveis (5,3%); e ferro e aço (4,8%).

Por seu turno, o Brasil mantém, com Myanmar, comércio bilateral ainda modesto, mas tradicionalmente superavitário. Em 2019, a corrente de comércio foi de US\$ 69,8 milhões – aumento de quase 50% em comparação a 2018. As vendas brasileiras àquele país asiático registraram US\$ 55,5 milhões (41,2% de crescimento), enquanto as compras alcançaram US\$ 14,3 milhões (95,9% de aumento). O superávit brasileiro foi de US\$ 41,2 milhões. De janeiro a abril de 2020, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 14,6 milhões (redução de 32,4% em relação ao mesmo período de 2019) e as importações somaram US\$ 4,4 milhões (crescimento de 7,3%). A corrente de comércio, no valor de US\$ 19 milhões, decresceu 26,1%, comparada a janeiro-abril de 2019.

Assim como acontece com os demais membros da ASEAN, a pauta exportadora do Brasil para Myanmar é concentrada em produtos do agronegócio. Devido a seu considerável contingente populacional e renda *per capita* em ascensão, o país asiático enquadra-se nos mercados com grande potencial para expansão das exportações desse competitivo setor da economia brasileira. Nesse sentido, em 2019, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o agronegócio correspondeu a 87,7% do total exportado para Myanmar.

Os cinco primeiros produtos vendidos pelo Brasil foram: farelo de soja (75%); café torrado (10%); pneus de borracha (4,9%); e calçados (4,7%), que representaram quase 95% do total em dólares. A pauta importadora de Myanmar segue o mesmo padrão daquela verificada com os países da Associação, em que há preponderância de produtos manufaturados: pneus de borracha (45%); casacos femininos e infantis, capas, jaquetas, ternos, etc. (15%); calçados (13%); partes e acessórios de veículos automotivos (5,6%); e vestuário (4,3%). Juntos, esses cinco produtos representaram mais de 82% do total importado, em dólares, pelo Brasil, com origem naquele país asiático.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1057	Fundação do primeiro estado birmanês unificado.
1287	Mongóis conquistam a Birmânia.
1531	A dinastia Toungoo reunifica a Birmânia, com apoio português.
1824-26	Primeira Guerra Anglo-Birmanesa.
1852-53	Segunda Guerra Anglo-Birmanesa.
1885-86	Terceira Guerra Anglo-Birmanesa. Birmânia torna-se província da Índia Britânica.
1937	Reino Unido separa a Birmânia da Índia.
1942	Invasão japonesa.
1945	Reino Unido retoma o controle da colônia.
1948	Birmânia torna-se independente.
1955	Primeiro-ministro birmanês cofunda o Movimento Não Alinhado.
1961-71	O birmanês U Thant é eleito secretário-geral da ONU.
1962	Golpe de Estado dá início a regime militar que duraria até 2011.
1975	Criação da Frente Nacional Democrática e organização de guerrilhas insurgentes.
1988	Intensos protestos pró-democracia, com milhares de mortes.
1989	Decretada lei marcial. Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional pela Democracia (NLD), é colocada em prisão domiciliar.
	Mudança do nome do país de Birmânia para Myanmar.
1990	NLD ganha as eleições, declaradas inválidas pelos militares.
1991	Aung San Suu Kyi ganha o Prêmio Nobel da Paz.
1997	Myanmar é admitida na ASEAN.
2006	Inauguração da nova capital, Nay Pyi Taw.
2007	China e Rússia vetam proposta de resolução do Conselho de Segurança que instava o governo a cessar ataques a minorias étnicas e a libertar prisioneiros políticos.
2008	Aprovação da nova Constituição (maio).
2009	Aung San Suu Kyi é condenada a mais 18 meses de prisão domiciliar (agosto).
2010	Ampla vitória do partido de base militar nas eleições gerais realizadas sem a participação de Aung San Suu Kyi, mantida em prisão domiciliar até o fim do pleito (novembro).
2011	Posse do presidente Thein Sein (março).
2012	Eleições parciais para o Parlamento resultam em grande vitória da oposição (NLD)

	e eleição de Aung San Suu Kyi ao Parlamento (abril).
	Visita do presidente dos EUA, Barack Obama (novembro).
2013	Fim do monopólio estatal da imprensa. Surgem quatro jornais privados (abril).
	Presidente Thein Sein visita Washington (maio).
	Presidente Thein Sein visita a Grã-Bretanha e anuncia que Myanmar irá libertar todos os presos políticos até o final do ano (julho).
2015	Assinatura do Acordo de cessar-fogo de abrangência nacional (<i>Nationwide Ceasefire Agreement</i>), com oito EAO (outubro).
	NLD vence as eleições por grande margem (novembro).
2016	Htin Kyaw, do NLD, assume como presidente e Aung San Suu Kyi é nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros, da Casa Civil e conselheira de Estado (março).
2017	Em agosto de 2017, mais de 700 mil indivíduos da etnia <i>rohingya</i> buscam refúgio no Bangladesh, após episódios de violência contra eles perpetrados.
2018	Myanmar firma memorando de entendimento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em apoio à criação de condições para retorno dos refugiados no Bangladesh (junho).
	Estabelecimento da Comissão Independente de Investigação (ICOE), para investigar os ataques ocorridos a partir de 25 de agosto de 2017 (julho).
	Fracasso da primeira tentativa de repatriação dos <i>rohingya</i> refugiados no Bangladesh, mesmo após acordo bilateral (novembro).
	Formação da comissão parlamentar para elaborar propostas para revisão da Constituição (fevereiro).
	Myanmar condiciona a repatriação dos <i>rohingya</i> ao registro no Cartão Nacional de Verificação (CNV), em que são obrigados a autodeclararem-se “bengali”, ainda que consigam comprovar que vivem em Myanmar há, pelo menos, duas gerações (julho).
2019	Fracasso da segunda tentativa de repatriação dos <i>rohingya</i> . O Governo myanmarenses atribui o insucesso à atuação de organizações não governamentais e de membros do <i>Arakan Rohingya Salvation Army (ARSA)</i> , bem como ao descumprimento, segundo Myanmar, por parte do Bangladesh, das normas previstas no acordo bilateral entre os dois países (agosto).
	A pedido da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), a Gâmbia inicia processo contra Myanmar, na Corte Internacional de Justiça (CIJ), sob alegação de violações à Convenção para Prevenção e Repressão do crime de Genocídio praticadas, pelo menos desde 2016, contra o grupo da etnia <i>rohingya</i> (novembro).
	A conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, decide chefiar a delegação myanmarenses que participa das audiências públicas sobre o caso na CIJ (dezembro).
2020	Em antecipação a decisão desfavorável no âmbito da Corte, o governo myanmarenses divulga, em 20 de janeiro, relatório da ICOE em que se verificaram apenas crimes de guerra, sem genocídio, inclusive citando membros do <i>Tatmadaw</i> (janeiro).
	Em 23 de janeiro, a CIJ atende pedido da Gâmbia e adota medidas cautelares que demandam que, enquanto o julgamento do caso não for concluído, Myanmar não cometa atos de genocídio contra os <i>rohingya</i> e relate regularmente a implementação dessa ordem (janeiro).

	O Parlamento rechaça as propostas de emenda à Constituição elaboradas pela comissão parlamentar. Entre elas, destacam-se a possibilidade de que a atual conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, assumisse a presidência do país; e a gradual redução do número de parlamentares indicados pelo <i>Tatmadaw</i> (março). A despeito dos apelos de cessar-fogo feitos pelo secretário-geral da ONU e pela comunidade internacional, as tensões entre grupos militares e o governo aumentam, desde fins de março. Entre as vítimas civis, ataque a tiros contra veículo da OMS que transportava amostras para testes da COVID-19 provocou a morte do motorista (abril).
--	---

CRONOLOGIA BILATERAL

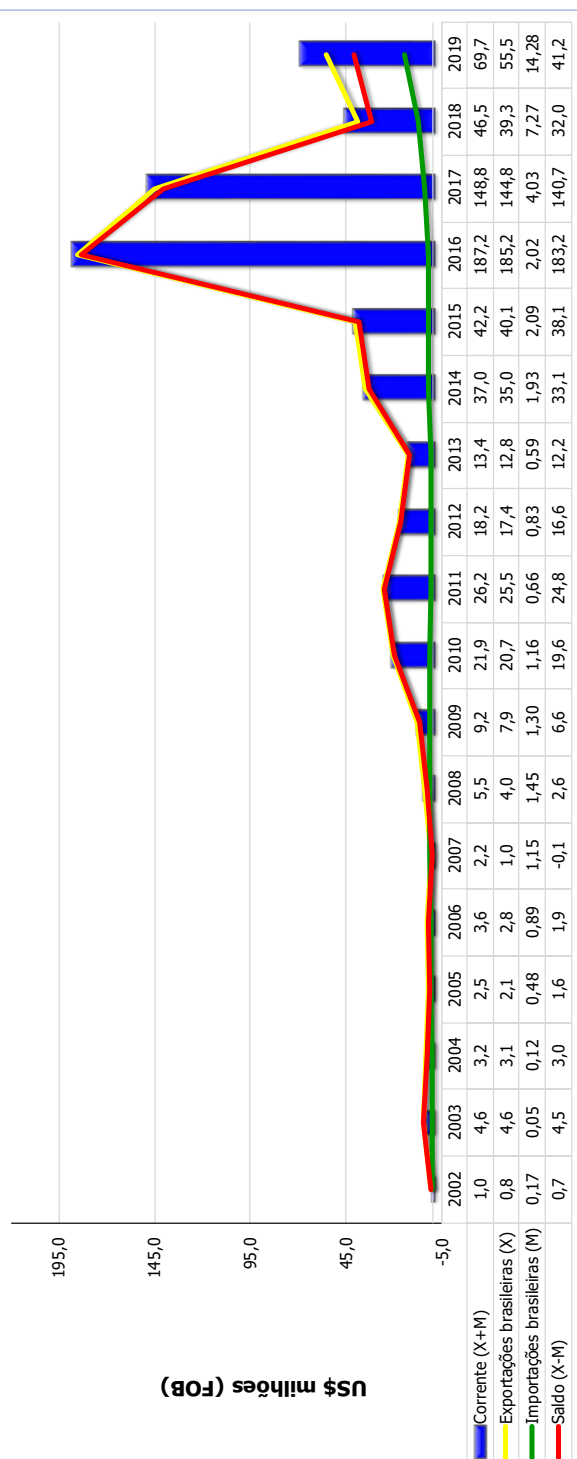
1982	Estabelecimento de relações diplomáticas
1994	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nyunt Swe
1996	Abertura da Embaixada de Myanmar em Brasília
2000-08	Mandato do professor Paulo Sérgio Pinheiro como relator especial sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar
2001	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Khin Maung Win
2007	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Maung Myint (junho)
	Participação do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Kyaw Thu, na III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília (agosto)
2008	Participação do ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Nyan Win, na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília (novembro)
2010	Decretada a criação da Embaixada do Brasil em Yangon (janeiro)
	Apresentação de credenciais do embaixador José Carlos da Fonseca Júnior e primeira visita a Nay Pyi Taw (novembro)
2011	O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Wunna Maung Lwin, participam de almoço à margem da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali (novembro)
2012	A subsecretária-geral Política-II do MRE lidera a primeira missão de alto nível do Brasil ao país e assina o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, primeiro instrumento bilateral (fevereiro)
	Vice-presidente de Myanmar visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, à margem da qual manteve encontro com o então vice-presidente da República, Michel Temer (junho)
	Brasil doa US\$ 120 mil como assistência humanitária para a crise no estado de Rakhine, por meio do ACNUR (setembro)
2013	Visita do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antonio Herman Benjamin, em que foram tratados temas relativos a cooperação judiciária e questões ambientais (julho)
	Visita do diretor da ABC, com técnicos da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e do Instituto Butantan, para estabelecimento do programa para aprimorar metodologias e técnicas de produção de soro antiofídico (agosto)
2015	Visita do ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural de Myanmar, U Ohn Myint (maio)
	II Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (agosto)
2018	Vinda ao Brasil do ministro dos Recursos Naturais e Conservação Ambiental, Ohn Winn, na condição de chefe de delegação, para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março)
	III Reunião de Consultas Políticas, em Nay Pyi Taw (agosto)

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo sobre a Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/08/2015	26/09/2015	17/09/2015
Acordo de Cooperação Técnica	29/07/2013	29/08/2018	11/04/2019

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Comércio Brasil - Myanmar



2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	14,96	2,96	17,9	12,0
2020 (jan-mar)	12,86	4,0	16,9	8,8

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

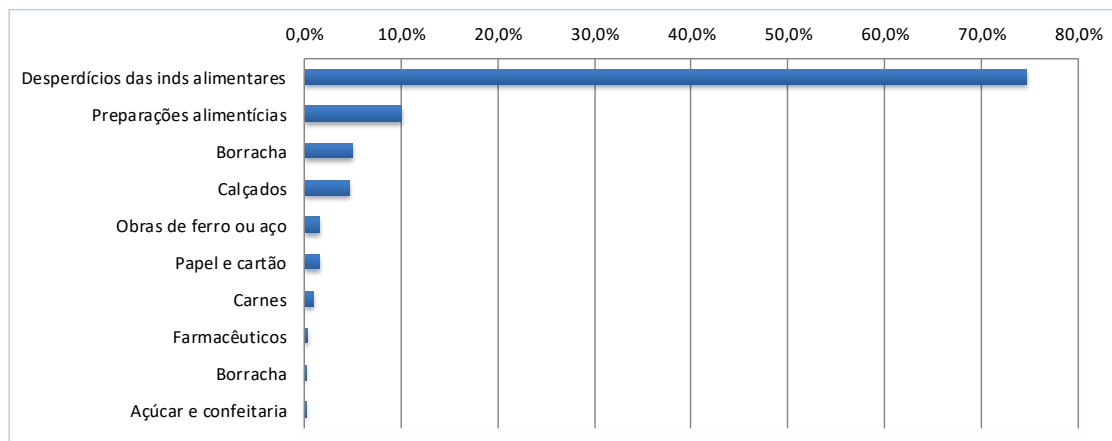
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Composição das exportações brasileiras para Myanmar
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Desperdícios das inds alimentares	26,4	18,2%	24,4	62,1%	41,5	74,8%
Preparações alimentícias	8,3	5,7%	6,4	16,4%	5,6	10,0%
Borracha	0,5	0,4%	2,5	6,4%	2,7	4,9%
Calçados	2,3	1,6%	3,5	8,9%	2,6	4,7%
Obras de ferro ou aço	0,081	0,1%	0,0	0,0%	0,9	1,6%
Papel e cartão	0,036	0,0%	0,0	0,0%	0,9	1,6%
Carnes	0,064	0,0%	0,9	2,2%	0,5	1,0%
Farmacêuticos	0,032	0,0%	0,2	0,5%	0,2	0,4%
Borracha	0,000	0,0%	0,0	0,0%	0,1	0,3%
Açúcar e confeitaria	105,7	73,0%	0,0	0,0%	0,003	0,0%
Subtotal	143,4	99,1%	37,9	96,5%	55,1	99,3%
Outros	1,3	0,9%	1,4	3,5%	0,4	0,7%
Total	144,8	100,0%	39,3	100,0%	55,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

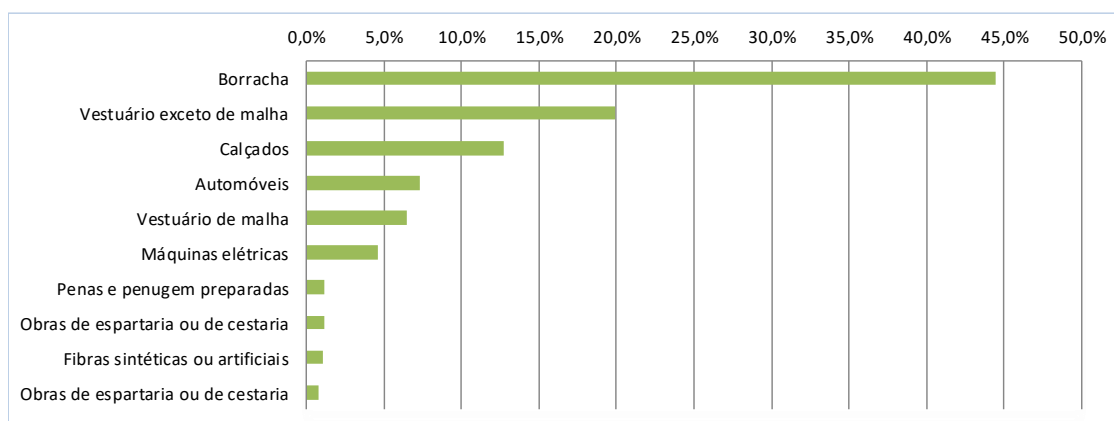


Composição das importações brasileiras originárias de Myanmar
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Borracha	0,00	0,0%	1,96	26,9%	6,35	44,5%
Vestuário exceto de malha	0,81	20,1%	1,22	16,8%	2,84	19,9%
Calçados	1,08	26,8%	0,89	12,2%	1,82	12,7%
Automóveis	0,92	22,9%	1,03	14,1%	1,05	7,3%
Vestuário de malha	0,14	3,4%	0,64	8,8%	0,93	6,5%
Máquinas elétricas	0,49	12,0%	0,59	8,1%	0,66	4,6%
Penas e penugem preparadas	0,09	2,3%	0,06	0,8%	0,16	1,1%
Obras de espartaria ou de cestaria	0,11	2,7%	0,14	1,9%	0,16	1,1%
Fibras sintéticas ou artificiais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,15	1,1%
Obras de espartaria ou de cestaria	0,27	6,7%	0,21	2,9%	0,11	0,8%
Subtotal	3,907	97,0%	6,723	92,5%	14,241	99,8%
Outros	0,119	3,0%	0,542	7,5%	0,034	0,2%
Total	4,026	100,0%	7,265	100,0%	14,275	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



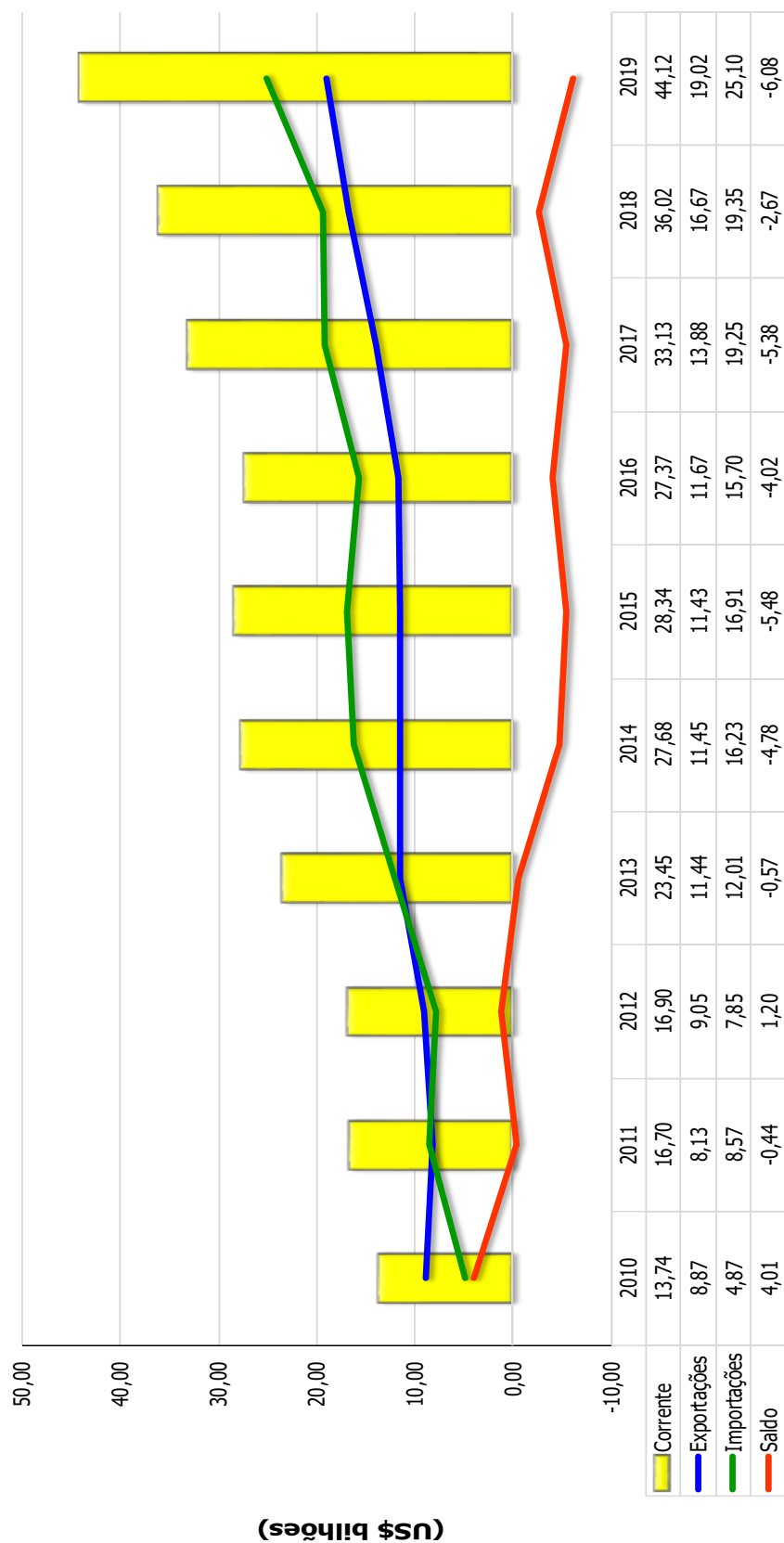
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020
Exportações					
Desperdícios das inds alimentares	10,57	70,6%	9,41	73,2%	
Calçados	0,62	4,2%	1,21	9,4%	
Borracha	0,51	3,4%	0,77	5,9%	
Preparações alimentícias	2,77	18,5%	0,54	4,2%	
Obras de ferro ou aço	0	0,0%	0,49	3,8%	
Papel e cartão	0	0,0%	0,18	1,4%	
Máquinas mecânicas	0,001	0,0%	0,16	1,3%	
Subtotal	14,47	96,7%	12,75	99,2%	
Outros	0,50	3,3%	0,11	0,8%	
Total	15,0	100,0%	12,9	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020
Importações					
Vestuário exceto de malha	0,81	27,4%	1,29	32,0%	
Borracha	0,86	29,1%	1,06	26,4%	
Calçados	0,44	14,7%	0,59	14,7%	
Vestuário de malha	0,19	6,2%	0,33	8,1%	
Automóveis	0,26	8,7%	0,22	5,6%	
Fibras sintéticas ou artificiais	0,03	1,0%	0,12	3,0%	
Máquinas elétricas	0,28	9,5%	0,11	2,8%	
Subtotal	2,9	96,7%	3,7	92,4%	
Outros produtos	0,1	3,3%	0,3	7,6%	
Total	2,96	100,0%	4,0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Comércio Myanmar x Mundo



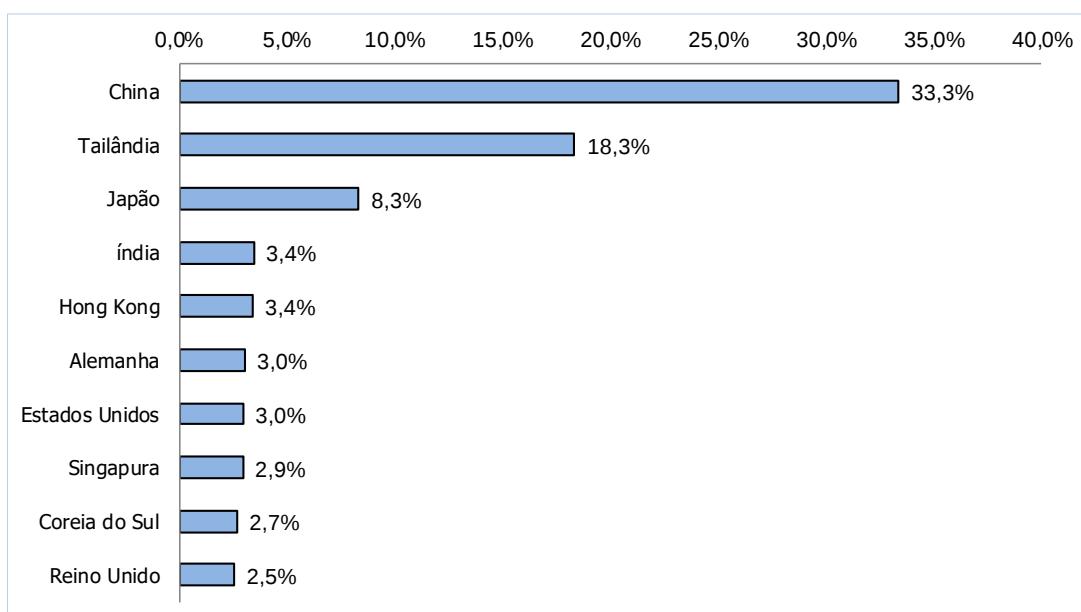
Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

Principais destinos das exportações de Myanmar
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	5,56	33,3%
Tailândia	3,06	18,3%
Japão	1,39	8,3%
Índia	0,57	3,4%
Hong Kong	0,57	3,4%
Alemanha	0,51	3,0%
Estados Unidos	0,49	3,0%
Singapura	0,49	2,9%
Coreia do Sul	0,45	2,7%
Reino Unido	0,42	2,5%
...		
<i>Brasil (62º lugar)</i>	<i>0,005</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	13,50	81,0%
Outros países	3,17	19,0%
Total	16,67	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais destinos das exportações

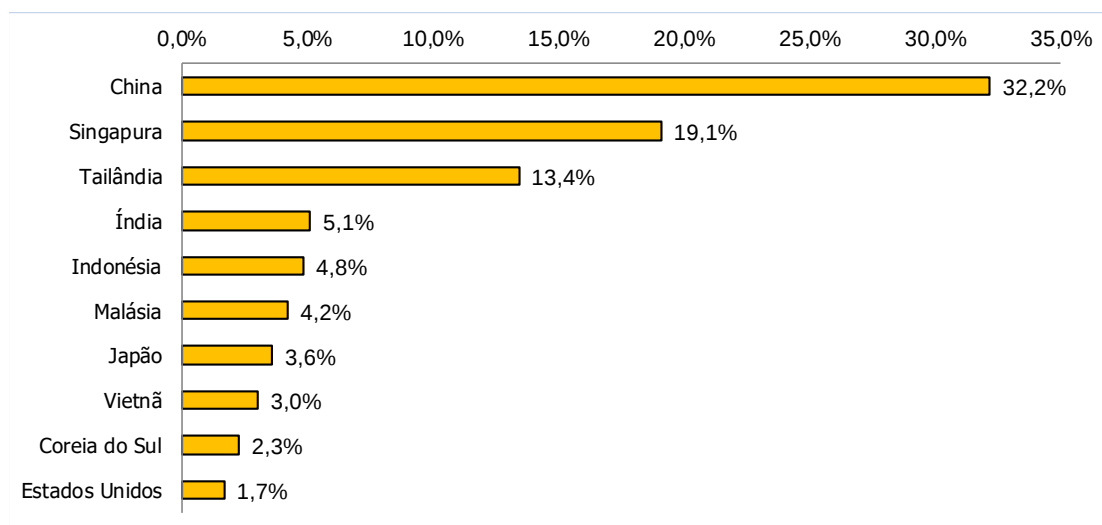


Principais origens das importações de Myanmar
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	6,22	32,2%
Singapura	3,69	19,1%
Tailândia	2,60	13,4%
Índia	0,99	5,1%
Indonésia	0,94	4,8%
Malásia	0,82	4,2%
Japão	0,70	3,6%
Vietnã	0,59	3,0%
Coreia do Sul	0,44	2,3%
Estados Unidos	0,33	1,7%
...		
Brasil (17º lugar)	0,097	0,5%
Subtotal	17,39	89,9%
Outros países	1,95	10,1%
Total	19,35	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais origens das importações

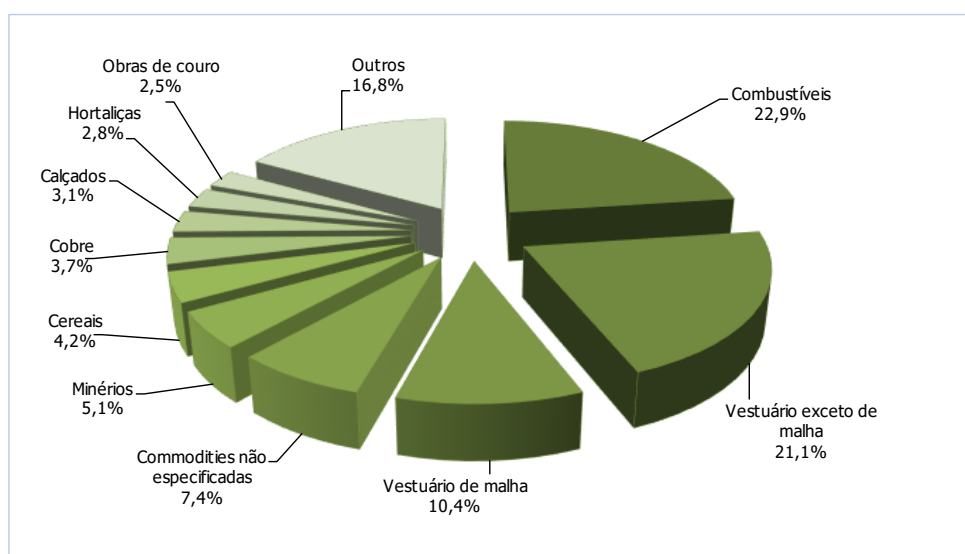


Composição das exportações de Myanmar
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Combustíveis	4,35	22,9%
Vestuário exceto de malha	4,01	21,1%
Vestuário de malha	1,97	10,4%
Commodities não especificadas	1,40	7,4%
Minérios	0,97	5,1%
Cereais	0,81	4,2%
Cobre	0,70	3,7%
Calçados	0,58	3,1%
Hortaliças	0,54	2,8%
Obras de couro	0,48	2,5%
Subtotal	15,82	83,2%
Outros	3,21	16,8%
Total	19,02	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais grupos de produtos exportados

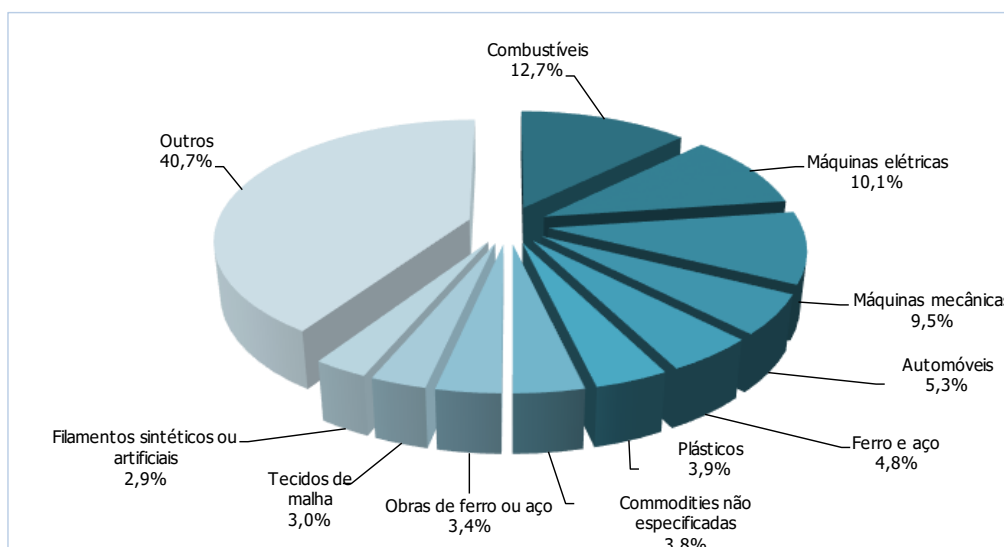


Composição das importações de Myanmar
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Combustíveis	3,19	12,7%
Máquinas elétricas	2,53	10,1%
Máquinas mecânicas	2,39	9,5%
Automóveis	1,33	5,3%
Ferro e aço	1,20	4,8%
Plásticos	0,98	3,9%
Commodities não especificadas	0,94	3,8%
Obras de ferro ou aço	0,86	3,4%
Tecidos de malha	0,75	3,0%
Filamentos sintéticos ou artificiais	0,73	2,9%
Subtotal	14,89	59,3%
Outros	10,21	40,7%
Total	25,10	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Myanmar

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Crescimento real do PIB (%)	6,69%	6,45%	6,59%	6,73%	6,87%
PIB nominal (US\$ bilhões)	68,56	65,67	71,40	78,12	85,86
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.298	1.239	1.338	1.454	1.588
PIB PPP (US\$ bilhões)	5.526,03	5.861,60	6.206,06	6.581,43	6.990,73
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.217	6.711	7.254	7.853	8.514
População (milhões habitantes)	52,83	53,02	53,38	53,72	54,05
Desemprego (%)	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Inflação (%) ⁽²⁾	8,59%	7,19%	7,15%	6,21%	6,13%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,24%	-4,51%	-5,07%	-4,84%	-4,85%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,20	17,20	18,00	18,20	17,90
Câmbio (Kt / US\$) ⁽²⁾	1,47	1,48	1,52	1,62	1,70

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

